

2. Os Atores Armados

2.1. Introdução: Da revolução à criminalidade?

O conflito armado colombiano se apresentou como uma longa guerra civil, a qual se caracterizava por múltiplas raízes históricas de ordem política, social e econômica. No seu conjunto, foram determinantes tanto na gestação e no transcorrer dos combates, quanto na sua evolução na segunda metade da década de 1990, quando a guerra civil adquiriu características distintas que a inseriam no modelo das Novas Guerras⁶⁴, ao aparentar estar destituído de qualquer racionalidade aparente, cujos atores agiam sem o mínimo respeito às chamadas “leis da guerra”, com uma tendência a produzir mais vítimas entre a população civil que entre os adversários armados. De fato, persistia a orientação militar do eclético conflito armado, que envolvia grupos políticos, crime organizado e papéis semelhantes aos dos ‘senhores da guerra’⁶⁵ resultando em ampla e irrestrita violação aos direitos humanos. Tratava-se de uma guerra que tinha seu teatro de operações no interior do próprio Estado, não era exatamente causada pela anarquia do sistema, mas era intensificada ainda mais devido à existência de fluxos transnacionais controlados pelo narcotráfico, os quais iriam colocar em evidência a erosão da autonomia do próprio Estado colombiano.

Com efeito, os recursos do narcotráfico foram decisivos para que o conflito colombiano prosseguisse distanciando-se de sua origem de resistência camponesa clássica e subsequente guerra de libertação nacional. Este despiu-se, em parte, da ideologia política e converteu-se em uma guerra na qual havia a superposição pragmática e funcional de diversos tipos de violência. Isso

⁶⁴ Conceito desenvolvido por Mary Kaldor, em: Kaldor, M. (1999) *New and Old Wars – Organized Violence in a Global Era*. Stanford, Stanford University Press.

⁶⁵ O termo – originalmente empregado no contexto dos conflitos ocorridos no continente africano – está aqui sendo tomado por empréstimo pela existência de lideranças históricas e por sua capacidade de descrever os interesses em jogo por aqueles que estão à frente dos grupos ilegais e tradicionalmente vêm assegurando a permanência do conflito armado. Cf. Adebajo, A (2002). *Building Peace in West Africa*. Lynne Rienner Publishers, Boulder London.

corresponde, portanto, a um cenário mais complexo e difícil de compreender através da lente das ferramentas analíticas do passado. O controle militar das regiões em que se davam o cultivo, o processamento e o tráfico de cocaína adquiriu relevância adicional – eram fonte de recursos econômicos por excelência. A esse respeito, o atual capítulo visa também a determinar em que medida o narcotráfico foi um fator capaz de desequilibrar o conflito armado, à medida que interferia de diversas maneiras, seja dando origem e, posteriormente, infundindo potencial à ação de atores ilegais, como os paramilitares; seja estabelecendo relações com as organizações guerrilheiras; seja alterando a própria natureza da guerra ou simplesmente constituindo-se em uma fonte privilegiada de financiamento (Kaldor, 1999; Vargas, 2002).

Desde os anos 1980, em meio ao desenrolar da guerra, iniciou-se a busca de uma solução negociada para o conflito armado. Isso engendrou uma nova polarização, associada à presença simultânea de cenários de guerra e paz – os paramilitares, ao ingressarem no palco do conflito, também contribuíram, em boa medida, à referida polarização. A guerra na Colômbia, por sua lógica política e por suas raízes históricas e sociais, assistiu à emergência de grupos armados dispostos a constituírem-se em atores político-militares com poder suficiente para confrontar o Estado, subverter o regime político e influenciar as políticas públicas. Até os anos 1970, os grupos alicerçavam-se em ideologias políticas, que conformavam as atividades dos mesmos. No que concerne às FARC, estas eram um grupo de autodefesa camponês organizado com o desígnio de resistir às pressões militares do governo conservador. Mais tarde, as FARC estabeleceram nexos com o partido Comunista colombiano, e este investiu-lhes da ideologia marxista-leninista. Já o ELN, entidade criada por estudantes universitários inspirados na Revolução Cubana, esteve sob a influência de Che Guevara e contou com a participação de religiosos filiados à Teoria da Libertação (Simons, 2004; Vargas, 2002).

Na última década, os atores armados iriam distanciar-se de suas origens, e nenhum deles foi capaz de conquistar ampla aceitação social, a ponto de impedir que sua legitimidade viesse a ser questionada. A essa altura, os atores reafirmaram suas contradições, ao levar ao paroxismo a prática e o discurso da guerra. Todos haviam feito uma opção pelas formas mais brutais de coerção. Consequentemente, no período selecionado, a configuração política do país era “caótica”. O

movimento guerrilheiro crescera sob a sombra da práxis de inspiração marxista, onde importava-lhes adquirir o poder a qualquer preço. O princípio de ação segundo o qual o fim justificaria os meios, àquela altura, havia escapado ao controle dos vários atores (Rangel, 2001; Rochlin, 2003).

2.2. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

A formação das FARC ocorreu num contexto de escalada da violência, de um encontro de velhas e novas disputas, de desatenção generalizada aos direitos humanos e de descrédito do regime político. No plano interno, a falácia da Frente Nacional enquanto solução política para a abrangência alarmante da luta armada foi determinante para a permanência do conflito. A inclemente realidade social, sobretudo do interior do país, propiciava as condições adequadas para que a luta armada se redefinisse como um instrumento para a realização de uma revolução socialista. A Frente Nacional desconsiderou qualquer ator político que não fosse liberal ou conservador, categorizou os cidadãos em primeira e segunda classes e deu o seu aval à um tipo de ‘democracia restrita’ que, àquela altura, foi usado como pretexto para que se recorresse às armas. Segundo o historiador David Bushnell, tratava-se de uma realidade que “confirmava as convicções de todos aqueles que insistiam que apenas a opção armada poderia fazer diferença”⁶⁶.

Não apenas a Colômbia, mas toda a América Latina sofreu o impacto da Revolução Cubana. Esta era uma ideologia revolucionária marxista que privilegiava a organização político-militar e enfatizava a tática guerrilheira como o meio fundamental de ação política – em detrimento do jogo partidário regular –, pois só aquela seria capaz de, objetivamente, forjar as condições que permitiriam uma revolução na Colômbia. A mensagem política da Revolução Cubana era clara: mesmo uma pequena ilha, vizinha aos EUA, podia lograr sucesso na transição para o mundo comunista. Conseqüentemente, outras sociedades latino-americanas poderiam, ao menos em teoria, trilhar o mesmo caminho, desde que as forças populares se conscientizassem da plausibilidade de uma vitória militar contra o Exército regular e compreendessem que não se fazia necessário esperar

⁶⁶ Bushnell, D (2001), *The Making of Modern Colombia: A Nation in Spite of Itself*. Berkeley, University of California Press, page 253.

por todas as condições favoráveis para o início da mobilização, uma vez que um foco insurrecional isolado poderia acender a fagulha revolucionária. (Vargas, 2002; Rochlin, 2003).

Difundia-se a visão segundo a qual a luta deveria se iniciar no campo, e não nas cidades. No entanto, ainda que não tenha olvidado as vantagens de lançar sua luta revolucionária a partir do campo, a guerrilha colombiana ignorou algumas lições da experiência cubana quando visou, quase exclusivamente, ao desenvolvimento do poder militar, deixando deficitárias as esferas de poder político e ideológico. A tendência histórica à resolução dos problemas políticos e sociais por meio da violência, característica da Colômbia, também contribuía para a opção dos guerrilheiros pela revolução pelas armas e para uma ênfase obstinada nos aspectos bélicos da questão. Contudo, ao erigirem poderosas máquinas militares até mesmo para sobreviver, “os grupos subversivos colombianos acabaram ofuscando a sua dimensão de luta política”⁶⁷. Politicamente, não avançaram em relação à experiência incipiente das comunidades independentes, o núcleo armado que deu forma à guerrilha e que atravessaria vinte anos da vida nacional ao lado do Partido Comunista, atacando esporadicamente o Exército, seqüestrando os fazendeiros nas regiões e ensinando os camponeses a ler e escrever – de modo que eles pudessem ser doutrinados pelo jornal *Voz Proletária* e pelos livros soviéticos que circulavam livremente nas suas zonas de influência. Em termos de programa político, as FARC não avançaram em relação ao marco de 24 de julho de 1964, quando a guerra civil irrompeu e elas lançaram uma plataforma política denominada ‘Programa agrário dos guerrilheiros’ (Valencia, 2002 ; Rochlin, 2003).

O problema da violência foi tido como resolvido mediante o acordo ingênuo entre os partidos Liberal e Conservador (o arranjo da Frente Nacional), mas a iniciativa acabou levando muitos seguidores do Partido Comunista a identificarem-se com as FARC – daí o Partido Comunista, em 1961, ter declarado que “a via revolucionária na Colômbia poderia vir a ser a combinação de todas as formas de luta”, antes de proclamar que “se iniciava uma guerra prolongada pelo poder”⁶⁸. Um maior ativismo partidário da guerrilha somente ocorreu na década de 1980, quando as FARC, sem abrir mão das armas, fundaram, em 1985, a UP,

⁶⁷ Rochlin, op.cit., pág. 113

um partido político de esquerda que foi o primeiro passo sério em direção ao afastamento da esfera exclusivamente militar. Em 1986, nas eleições para o Congresso Nacional, a UP conquistou 14 assentos, resultado visto como auspicioso. Todavia, “a experiência se constituiu numa das fases tristes da história nacional colombiana”, porquanto integrantes de grupos guerrilheiros menores, ao depor as armas de boa fé, com o intuito de participar da arena política legítima, se transformaram em alvo de assassinatos sistemáticos, praticados por esquadrões da morte formados por grupos paramilitares de direita⁶⁹ (Bernal, 2003; Rochlin, 2003).

Os temas da reforma agrária e da injusta distribuição de renda marcaram a luta das FARC, mais acentuadamente entre 1964 e 1980. De forma esquemática, as FARC trilham uma trajetória ideológica marcada por três momentos distintos: (a) o agrarismo radical dos anos 1960, que pedia indenização para os camponeses refugiados, reforma agrária e recursos oficiais para o campo; (b) o marxismo-leninismo de linha soviética, que dominou até o começo dos anos 90, numa versão militarista para a qual “o poder nasce do fuzil”; e (c) o ‘bolivarismo’, que se acentuou com o colapso da União Soviética, em que reciclavam-se certos conceitos (latino-americanismo, anti-imperialismo, militarismo, intervencionismo econômico etc), bem como incorporavam-se, em seu discurso, temas relevantes ao debate público, como “o anticlientelismo, a denúncia da corrupção, a resistência à globalização e ao neoliberalismo e a defesa de uma democracia participativa”⁷⁰ (Bernal, 2003; Rochlin, 2003).

O vivaz questionamento acerca da qualidade da democracia colombiana manteve-se intenso e, especialmente nos anos 90, pode até ter fortalecido o discurso da guerrilha, uma vez que se conjugava aos debates sobre modelos políticos e econômicos. Nesse sentido, era evidente que, na Colômbia, a democracia ainda não lograra atingir o respeito aos direitos invioláveis da pessoa humana, a prática arraigada da cidadania e a plena representatividade política, por meio do Congresso Nacional. Esta era defeituosa em sua substância – ao deixar de dar forma à soberania popular – e em seu procedimento – ao restringir o debate

⁶⁸ Bernal, op.cit. pág. 28

⁶⁹ Entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, o total de vítimas, entre aqueles que, de algum modo, estavam relacionados à UP, apontava para um número em torno de 2000 e 4000 pessoas. Rochlin, op.cit., pág. 101.

⁷⁰ Bernal, op.cit., pág. 41

político⁷¹. A penetração do discurso guerrilheiro remetia o conceito de democracia para além do âmbito exclusivamente político. Afinal, mesmo após a conquista do sufrágio universal, restava ainda estender o processo de democratização na Colômbia, o que equivalia à transição da democracia política à democracia social. Assim, quando se aferia o grau de desenvolvimento da democracia local, além de computar o aumento no número daqueles que tinham o direito de participar nas decisões que lhes diziam respeito, era mister verificar, também, os espaços em que eles podiam, efetivamente, exercer este direito⁷².

As sementes mais remotas das FARC remontam às lutas agrárias das primeiras décadas do século XX, as quais incluem os conflitos de Sumapaz e Tequendema, ocorridos nos decênios de 1920 e 1930, por motivo de posse da terra. Mais tarde, no final dos anos 1950, a forte ofensiva militar da Guerra de Villarica investiu contra as zonas de autodefesa dos camponeses de Sumapaz e do Oriente de Tolima, dando origem às “colunas de marcha”. Estas forçaram o deslocamento de populações inteiras e constituíram-se, também, num germe das FARC. A conformação a um grupo guerrilheiro ocorreu inicialmente sob a denominação de Bloco Sul (Bloque Sur), em referência à ofensiva militar contra as regiões de autodefesa camponesa de Marquetalia, El Pato, Riochiquito e Guayabero – qualificadas como “repúblicas independentes” por políticos conservadores. A violenta ocupação militar destas repúblicas, levada a cabo em junho de 1964, engendrou a transformação do movimento de autodefesa em exército revolucionário, denominado Forças de Autodefesa Comunistas. Pouco tempo depois, em 1966, o grupo guerrilheiro se reorganizou, recebendo o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Desde o início, estas foram lideradas por Pedro Antonio Marin – sob o pseudônimo de Manuel Marulanda Vélez, também conhecido por “*Tirofijo*” (tiro certo), um guerrilheiro camponês que havia participado na luta armada, em 1948, e cujo papel de liderança resultou, em parte, da experiência adquirida ao enfrentar abertamente os exércitos oficiais no início dos anos 1950 (Rochlin, 2003; Vargas, 2002).

⁷¹ Cf. Touraine, A. (1994), *Qu'est-ce que la Democratie?* Fayard, Paris.

⁷² Cf. Bobbio, N. (2001), *Estado, Governo e Sociedade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Uma tensão entre as orientações políticas e militar marcou os primeiros anos das FARC. A partir de 1969, a organização guerrilheira passou a abrir frentes⁷³ em regiões estratégicas e, em 1974, estabeleceu um comando administrativo geral e um secretariado para unificar as decisões políticas. Os anos 1980 foram marcados pela perseguição dos objetivos expansionistas ditados pela 7ª Conferência, de 1982. De acordo com estes objetivos, cada frente guerrilheira deveria fundar uma nova frente, até que houvesse pelo menos uma delas para cada um dos cinquenta departamentos da Colômbia. Por ocasião da negociação com o governo Pastrana, as estimativas do número de seus integrantes indicavam algo em torno de 18000 membros em 70 frentes, distribuídos entre grupos móveis e milícias urbanas. Dentre as explicações para o crescimento das FARC nos anos 1980, estão os recursos financeiros obtidos pela exploração de *commodities* primárias e as vantagens obtidas a partir de um cessar-fogo acordado entre os anos de 1984 e 1987. Neste ínterim, durante o governo do presidente Belisario Betancur, a organização pôde expandir-se, consolidando seu controle sobre áreas ricas em recursos – a saber, Santander, Magdalena e Antioquia, ligadas, respectivamente, à agricultura comercial, ao petróleo e ao ouro colombiano (Rabasa & Chalk, 2001; Reno, 1998).

O avanço das FARC foi notável. Ao longo dos anos 1990, a organização guerrilheira elevou seu poder a níveis acima do conjunto das três décadas anteriores, de certa forma em resposta à malfadada experiência da UP. De um total de 1050 municípios colombianos, a presença dos guerrilheiros expandiu-se de 173 municípios, em 1985, para 622, em 1995. Bastante expressiva foi a expansão que se deu em departamentos⁷⁴ centrais produtores de café, e naqueles onde o comércio agrícola vicejava. Nestes, a presença da guerrilha passou de 2% dos municípios em 1985 para 53% dos municípios em 1995; naqueles, cresceu de 13% dos municípios em 1985 para 71% em 1995⁷⁵. No início de 2001, as Forças

⁷³ Uma frente não quer dizer uma unidade militar de tamanho específico, mas está relacionado a um comando guerrilheiro operando sobre uma jurisdição geográfica. No interior da frente há elementos de infraestrutura, de combate e de apoio.

⁷⁴ Os departamentos são as unidades políticas em que se subdivide a Colômbia, as quais ainda se classificam em *municipios* (áreas urbanas) e *corregimientos* (áreas rurais).

⁷⁵ Rabasa & Chalk, op.cit., pág. 46-47

Armadas estimavam em 16500 o contingente de guerrilheiros ligados às FARC, e surgiram rumores de que o dobro disso seria um número plausível⁷⁶.

A íntima relação das FARC com o narcotráfico tornou a realidade bem mais complexa. Inicialmente, houve alguma resistência das FARC ao cultivo da droga, por julgar que estariam cedendo à invasão imperialista e por receio de que o produto pudesse levar o camponês a uma prosperidade tal que o impedisse de se identificar com a luta revolucionária⁷⁷. Entretanto, a liderança guerrilheira logo percebeu que qualquer repressão ao cultivo da droga significava agir do lado das autoridades e optou por determinar a taxaço do produto – uma forma de extorsão aplicada sobre os grandes produtores. Assim, a maior parte das frentes guerrilheiras ofereceu proteção às populações e regiões envolvidas na produção e distribuição de cocaína e alcançou a satisfação de sua base social, porquanto garantiam a segurança da população camponesa nas zonas de cultivo e estabeleciam salários mínimos para os coletores da folha de coca e preços mínimos que os intermediários ou os processadores deveriam pagar aos camponeses pela folha⁷⁸ (Molano, 2000; Rangel, 2001).

Com o advento do narcotráfico, a organização tornou-se cada vez mais auto-suficiente em recursos e, portanto, independente da ajuda externa de países como a URSS e a China. Conseqüentemente, ao contrário de muitos movimentos revolucionários esquerdistas da América Latina, as FARC puderam resistir à pressão pela desmobilização. No final dos anos 1980, os recursos financeiros obtidos por meio do seqüestro e da extorsão asseguraram a sobrevivência da organização. Nos anos 1990, as frentes guerrilheiras proliferaram nas regiões produtoras de cocaína no lado leste da cordilheira dos Andes. O avanço sobre regiões economicamente estratégicas e de alta densidade demográfica atingiu, com cinco novas frentes, o departamento de Cundinamarca – bem próximo à capital, Bogotá (Rabasa & Chalk, 2001; Rochlin, 2003).

Por ocasião da inauguração do processo de paz ora em estudo, a discussão acerca da natureza exata da relação entre a guerrilha e o narcotráfico ensejava

⁷⁶ Rochlin, op.cit., pág. 137; Ver também: Vieira, C. (2004), *Five Decades of a Struggle for Land that Became a War*. Global Information Network. New York, Jun 9, p.1

⁷⁷ Molano, A. (2000), *The Evolution of the FARC: A Guerrilla Group's Long History*. NACLA Report on the Americas, Sep/Oct, Vol.34, Iss.2, p.23-31

⁷⁸ Rangel, A. (2001), *Guerra Insurgente – Conflictos en Malasia, Perú, Filipinas, El Salvador y Colombia*. Intermedio Editores Ltda., Bogotá, D.C, pág. 403

controvérsias. O próprio conceito de ‘narcoguerrilha’⁷⁹ podia não expressar claramente o relacionamento entre os dois lados, dada a acentuada variabilidade deste ao longo do território colombiano. Com efeito, as FARC impunham uma contribuição de 20% sobre todo o lucro obtido com a comercialização da droga e a constatação era que “onde as guerrilhas eram fortes, os narcotraficantes tendiam a sujeitar-se às suas exigências de taxas e pagamentos por proteção”⁸⁰. Não por acaso, a área onde posteriormente se localizou a zona desmilitarizada – ou *zona de distensión* e que abarcava os departamentos de Guaviare, Putumayo e Caqueta – apresentava estreitas ligações entre as FARC e o narcotráfico. A conquista militar dessa área permitiu-lhes dominar uma importante zona de cultivo de coca e papoula do país. Além disso, ao conduzir a lei e a ordem na região, as FARC não apenas recebiam parte dos ganhos dos agricultores camponeses, como também defendiam os interesses dos agricultores, o que incluía protestar contra a política estadunidense de realizar combates químicos aéreos contra os campos de cultivo da droga – uma medida drástica, que empurrava mais camponeses em direção às FARC, no afã de tentar resistir a ela (Marcella & Schulz, 1999; Rochlin, 2003; Spencer, 1997).

O envolvimento das FARC e dos demais atores ilegais com o narcotráfico evidenciou a natureza privada da guerra civil na Colômbia, a qual foi demonstrada no capítulo anterior. Por ocasião da inauguração do processo de paz, a guerra já havia se convertido em um empreendimento bastante lucrativo. Destacava-se uma contradição básica no fato de a guerrilha alegar o seu comprometimento com a ideologia do socialismo, mas não apresentar nenhuma proposta política alternativa e, ainda por cima, negligenciar o debate em favor do desenvolvimento militar. De fato, a aparente indiferença para com a opinião pública levou a organização a apresentar o que se denominou de “autismo político”⁸¹. Esta contradição básica se acentuava com a constatação de que o próprio poderio militar era fruto do êxito

⁷⁹ O conceito de narcoguerrilha foi primeiramente apresentado por um embaixador norte-americano, Lewis Tambs, em 1984, para dizer do fato de que as FARC vinham levantando recursos indiretos da produção de narcóticos em zonas que estavam sob seu controle. Cf. McLean, P. (2002), *Colombia: Failed, Failing, or Just Weak?* The Washington Quarterly, 25: 3. Summer 2002: 130.

⁸⁰ Marcella, G. & Schulz, D. E. (1999) *War and peace in Colombia*. The Washington Quarterly, 22:3. Summer 1999, p.213-228, pag. 218

⁸¹ Isacson, A. (2000) *The Colombian Dilemma*. International Policy Report – A Publication of the Center for International Policy (CIP), February 2000. Washington DC, pag. 13

comercial de um empreendimento essencialmente capitalista – nesse caso, ligado ao narcotráfico. Ademais, havia a confusão quanto “ao próprio papel das FARC no narcotráfico e em outros negócios ilícitos tornar difícil a distinção entre guerra e crime”⁸² (Valencia, 2002; Rangel, 2001; Rochlin, 2003).

Finalmente, no processo de paz ora em estudo, uma outra contradição teve origem com o fato de as FARC terem esvaziado a arena política e optado exclusivamente por diálogos bilaterais, resistindo à participação de outros atores, fossem estes representantes da sociedade civil ou de grupos guerrilheiros rivais; particularmente, os representantes da guerrilha recusaram-se a sequer dirigir a palavra a um representante paramilitar⁸³. Ou seja, a organização foi capaz de reproduzir a mentalidade de absoluta exclusão política, além de privilegiar uma concepção de poder exercido de modo centralizado e autocrático sobre a população de fração do território, onde o seu domínio militar acarretava um exercício de poder não-consensual e de modo algum inclusivo⁸⁴ (Valencia, 2002; Rochlin, 2003).

A iniciativa do Mandato para a Paz decorreu da urgência de uma resposta à escalada da guerra civil – o que, em última instância, expressava o avanço guerrilheiro. O período compreendido entre os anos de 1996 e 1998 é tido como aquele no qual a capacidade militar das FARC atingiu o seu auge. Os guerrilheiros alcançaram importantes vitórias sobre as Forças Armadas em Puerres e Nariño, em 1996, e sobre as bases militares oficiais de Las Delicias e La Carpa, em Guaviare, neste mesmo ano. As FARC ainda prevaleceram em confrontos em Meta e Arauca, em 1997, bem como em uma ofensiva espetacular contra as tropas do Exército em El Billar, no ano seguinte. Nos anos que precederam o processo de paz, as FARC orientaram suas ações de acordo com uma estratégia que visava a quatro metas. Primeiro, consolidar o controle sobre as regiões produtoras de coca das regiões sul e oeste do país, de modo a permitir a elevação de suas capacidades militares, e então avançar sobre outras áreas; segundo, priorizar áreas economicamente estratégicas e expandir o palco de operações por todo o país, de modo a forçar o governo a dispersar sua força militar e, conseqüentemente, debilitar-se; terceiro, persistir no objetivo de isolar a capital e as outras cidades

⁸² Rochlin, op.cit., pág. 100

⁸³ A ser recuperado nos capítulos seguintes, relacionados ao processo de paz.

⁸⁴ Rochlin, op.cit., pág. 142

importantes; e, por último, num estágio final da guerra, partir para operações ofensivas em larga escala, que pudessem culminar numa vitória decisiva. Durante o transcurso do processo de paz, as ações se intensificaram segundo um contexto que mais se assemelhou ao de uma corrida pelo poder⁸⁵. (Garca, 2002; Rabasa & Chalk, 2001; Rochlin, 2003).

Um elemento da estratégia de poder das FARC advinha da ambição de alcançar o reconhecimento internacional da posição de principal grupo beligerante colombiano e da grandeza de um ator político capaz de desafiar o próprio Estado. O esforço das FARC em suscitar o interesse europeu pela guerra civil era uma maneira de reduzir a influência hegemônica de Washington sobre a Colômbia. Já nas eleições de 1997, as FARC requisitaram o monitoramento de agentes europeus, de modo a conferir legitimidade ao pleito. Posteriormente, no início do ano 2000, juntamente com representantes do governo, alguns integrantes das FARC embarcaram numa extensa viagem à Europa, em busca de modelos econômicos e sociais para a Colômbia. Nesta viagem que se mostraria um sucesso estratégico para a organização, a liderança guerrilheira foi tida como capaz de se articular diplomaticamente e, na sucessão dos fatos, em fevereiro de 2001, o Parlamento Europeu prontamente condenou a estratégia norte-americana de confrontar militarmente a guerrilha por meio do Plano Colômbia⁸⁶ (Fratepietro, 2001; Rochlin, 2003).

Uma análise dos escritos das FARC nos anos 90, feita por James Rochlin, relacionava quatro pontos básicos de categorias ideológicas⁸⁷. Em primeiro lugar, o autor destacou que o ideário das FARC criticava o Estado colombiano e seus aliados, no que diz respeito à manutenção de uma falsa democracia, de práticas políticas excludentes, de acentuada desigualdade econômica etc – mas omitia quaisquer propostas de políticas alternativas ou soluções. Em segundo lugar, o onipresente tema da reforma agrária ainda mantinha a capacidade mobilizadora de

⁸⁵ Sobre os contextos imediatamente anteriores e posteriores ao início das negociações de paz, ver respectivamente: (1)The Economist, *The Colombian Clearances*. London. Sep.5, 1998. Vol.348, Iss. 8084, p.29-30; (2)The Economist, *The Fight for the Cities*. London, Oct 26, 2002. Vol.365, Iss.8296, p.37.

⁸⁶ “As demonstrações de proeza estratégica e brutalidade militar, em conjugação com a conquista de uma zona desmilitarizada (*zona de distensión*) pelas FARC, no final de 1998, na realidade puderam desencadear tanto a reestruturação das forças armadas quanto a intervenção militar norte-americana através do Plano Colômbia”(Rochlin, 2003: 139).

Ver a opção por um alinhamento com os EUA se impondo ao governo Pastrana em: The Economist. *Pastrana's many battles*. London. Nov 27, 1999. Vol.353, Iss.8147, p.31-32.

uma plataforma política que calava de forma profunda nos ouvidos dos camponeses pobres. Todavia, “propunham vagamente um sistema de crédito rural, um plano de subsídios, garantia de preços básicos para produtos agrícolas e serviços de saúde e educação para a população do campo que, em algumas áreas, sofriam da absoluta falta de serviços sociais”. Em terceiro lugar, as FARC insistiam no apoio à instituição de um controvertido modelo de Estado ativo ou intervencionista, o qual havia prevalecido em vários países até meados dos anos 1970. Em quarto lugar, com a finalidade de desvincular-se de concepções marxistas ultrapassadas, as FARC foram progressivamente redesenhando sua plataforma ideológica de acordo com a tradição que resgatava Simón Bolívar como um ícone do combate ao imperialismo norte-americano. A retomada desta tradição ignorava, no entanto, que “o sonho bolivariano de uma Grande Colômbia, de um amplo território com um sentido claro de nação, se mantinha a anos-luz de um feudo pré-moderno”⁸⁸, cujo ideal a organização pretendia erigir dentro do perímetro da área que lhe foi designada – intitulada sarcasticamente *Farclandia*⁸⁹ – ao recorrer ao controle populacional e territorial de frações do Estado (Rochlin, 2003; Vargas, 2002).

Por um lado, as FARC articulavam-se com o mundo sem fronteiras do capitalismo transnacional e com os atores gerados nos novos espaços políticos – como a União Européia; por outro lado, especialmente na questão da zona desmilitarizada, a guerrilha reafirmava a sua soberania sobre fragmentos de território e demonstrava que seu sentido de espaço político podia corresponder a frações menores e, por assim dizer, incompatíveis com um sentido cultural e abrangente de nação. Daí o referido autor constatar que “sua atitude em relação ao espaço político e seu papel como líder beligerante em um mundo pré-Leviatã sugeriam uma disposição pré-moderna em relação ao espaço e à política”⁹⁰, em conjugação com uma perspectiva pós-moderna no que concerne ao capital e aos novos atores políticos. De fato, sua opção foi por um poder exercido de arma em punho, ao invés de evocar o pioneirismo pós-marxista, mediante o qual

⁸⁷ Rochlin, op. cit., pág. 133-134

⁸⁸ Rochlin, op.cit., pág. 142

⁸⁹ O conceito, juntamente ao de ‘Mini-Estado guerrilheiro’, pode ser encontrado em: The Economist, *Colombia’s Peace Process – End of the Road?* London. Jan 12, 2002. Vol.362, Iss.8255, p.50.

⁹⁰ Rochlin, op.cit., pág. 144

perscrutaria as férteis fronteiras da ideologia esquerdista. Ao praticar uma modalidade de poder que era imposta pela força, nunca na construção do consenso, buscava-se simultaneamente conquistar influência política por meio de candidatos e base eleitoral próprios e fazer uso da intimidação ostensiva de modo a manipular governos locais, estabelecer as regras do jogo político e extrair compromissos de candidatos a cargos públicos. No dizer de Juan Manuel Restrepo, “por meio da administração e da política por parte dos vários grupos armados, num crescente número de municípios, resultava o aparecimento do fenômeno do clientelismo armado no país”⁹¹ (Rochlin, 2003; Vargas, 2002; Restrepo, 2003).

Desse modo, a organização expôs suas fraquezas, seja pela mácula notória das atividades ligadas ao crime organizado, seja pela própria ausência de legitimidade entre a maioria dos cidadãos colombianos, uma vez que as FARC contribuíam para o aprofundamento da crise dos direitos humanos no país⁹². Críticas sucessivas e severas aos métodos guerrilheiros levaram as FARC a anunciarem, por exemplo, em maio do ano 2000, que renunciariam à presença de menores de 15 anos em seu exército⁹³ – conhecidos como “soldados invisíveis”⁹⁴. Este inusitado contingente era considerado “útil para a realização dos atos mais brutais, na medida em que, enquanto jovens, ainda não tinham amadurecido um sentimento de justiça ou mesmo um forte sentido de moralidade”⁹⁵. Segundo o relatório de 2001 do Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, 6000 crianças permaneciam alistadas junto aos grupos armados – guerrilheiros e paramilitares. Muitas delas haviam sido forçadas a alistar-se em áreas rurais mais remotas, enquanto as demais haviam sido atraídas pela promessa de uma vida

⁹¹ Restrepo, J. M. O. (2003), *Urgencias Militares vs. Prioridades Políticas*. In: Rabasa, A. & Chalk, P., *El Laberinto Colombiano – Propuestas para la resolución del conflicto*. Departamento de Publicaciones de la Universidad de Colombia, Bogotá, D.C

⁹² Data deste período, o uso dos ‘colares-bombas’.

⁹³ Contudo, as Forças Armadas continuariam a encontrá-los entre os desertores. Ver: *Colombia’s Elusive Quest for Peace*. International Crisis Group, Latin America Report No.1: page 18. Bogotá/Brussels, 26 March 2002. Em www.crisisweb.org Acessado em dezembro/2003.

Ver também: Capdevila, G. (2002), *Cities Overflow with Poor and Displaced*. Global Information Network, New York, Jun 5, 2002, p.1.

⁹⁴ Ver o conceito em: Ferrer, Y. (1997), *Move to Get Children Out of the War Zone*. Inter Press Service, New York, Nov 20, p.1.

⁹⁵ Rochlin, op.cit., pag. 138

melhor. Posteriormente, as crianças eram ameaçadas de morte caso desertassem⁹⁶ (Rabasa & Chalk, 2001; Rochlin, 2003).

2.3. O Exército de Libertação Nacional

O ELN foi fundado pelo carismático Fábio Vasquez, em 1964, e fez sua primeira aparição pública em 7 de janeiro de 1965, na tomada temporária da cidade de Simacota, no departamento do Santander. Nas suas origens, o ELN estava fortemente vinculado ao ideário da Revolução Cubana, da mesma maneira que parte significativa da juventude latino-americana de então, a qual considerava a Revolução como um episódio que logrou êxito, haja vista a tomada e retenção do poder pelos ousados revolucionários. Paralelamente, o ELN promoveu a convergência entre a luta nacionalista conduzida pelos operários do setor petrolífero e a resistência armada – como a que foi empreendida pelos remanescentes das guerrilhas liberais na região de Média Magdalena – , com a expectativa de criar uma nova esquerda na Colômbia, que fosse capaz de ações revolucionárias e que fosse motivada pelo descontentamento social (Rochlin, 2003; Vargas, 2002).

O ELN procurou roubar dos ricos para dar aos pobres, inicialmente sob influência do pensamento cristão, imprimindo uma certa dimensão moral às suas ações. A presença do padre Camilo Torres (um ativista radical que morreu em combate no ano de 1966) entre os fundadores do ELN garantiu um mínimo de legitimidade à organização. Esta teve origem nos segmentos urbanos que simpatizavam com o modelo da Revolução Cubana: estudantes, religiosos ligados à chamada teologia da libertação e ativistas do partido comunista e do movimento sindical. Não nasceu como um movimento de autodefesa, mas como uma guerrilha decididamente revolucionária. Ou seja, era um “partido armado” mais próximo dos trabalhadores urbanos que dos colonos rurais. Em seu primeiro ato público, no qual houve a criação de um núcleo guerrilheiro na cidade de Simacota, em Santander, foi distribuído o “Manifesto de Simacota”, no qual se fazia uma conclamação geral à tomada do governo. A quase simultaneidade do aparecimento

⁹⁶ Ver : The Economist, *The Children's Stories*. London. Sep. 20, 2003. Vol.368, Iss. 8342, p. 35-36.

dos dois maiores grupos guerrilheiros colombianos traduzia, em muitos aspectos, a disputa entre os modelos de Moscou e Havana relativa à melhor estratégia revolucionária para a América Latina (Rochlin, 2003; Rabasa & Chalk, 2001).

Ainda na infância do ELN, vários comandantes que fizeram oposição ao líder originário Fabio Vásquez Castaño foram condenados à morte por traição pelos tribunais revolucionários e executados. Outros conseguiram escapar da pena capital, entregando-se ao Exército colombiano e fornecendo informações que permitiriam a captura de muitos outros membros da organização, no decênio de 1960. Outro religioso, padre Manuel Perez (nome de guerra: *el Cura* – o Padre), sucedeu a Camilo Torres e exerceu a liderança do grupo guerrilheiro entre os anos de 1980 e 1998 – quando veio a falecer, após contrair malária em Cuba. Sob o comando do padre Perez, a organização teve êxito em resolver as diferenças entre suas várias facções internas, as quais interpunham barreiras para a consolidação de uma liderança coesa (Rochlin, 2003; Simons, 2004).

Nos anos 80, o ELN conseguiu reverter uma trajetória de decadência por meio da iniciativa de cooptar religiosos, estudantes e profissionais de classe média que se sentiam excluídos da arena política, sob o domínio das elites liberal e conservadora desde a Frente Liberal. O fortalecimento político foi combinado com incremento substancial no contingente armado. De um modesto número de soldados estimado entre 600 e 800 desde 1983 até 1986, o grupo expandiu-se para 3.000 soldados em 1995 e já atingia aproximadamente 4.500 durante a negociação do processo de paz com o governo do presidente Pastrana. Ainda nos anos 1980, o ELN conquistou auto-suficiência financeira, a partir da conquista militar de áreas economicamente estratégicas, nas quais eram aplicadas ‘taxas’ sobre grandes empresas. Exemplos são as áreas próximas à região de Média Magdalena, produtora de petróleo, e o norte de Santander, Urabá e sul de Bolívar, respectivamente ligadas à produção de petróleo, ao cultivo de banana e à extração de ouro (Rochlin, 2003; Simons, 2004).

Em geral, o ELN evitava a confrontação militar aberta, em favor de uma “estratégia econômica”. Lançar bombas sobre os oleodutos e sobre a infraestrutura energética foram as práticas de sua “tática de guerra” – iniciativas que não contribuem absolutamente à promoção do justiça econômica e social da parcela da população que o grupo quer representar. Os seqüestros em massa passariam a ser

utilizados a partir de 1999⁹⁷. Respectivamente denominados ‘retenção’ e ‘taxa revolucionária’, o seqüestro e a extorsão foram suas principais fontes de financiamento. Os mais espetaculares episódios de retenção ou seqüestro não foram, contudo, motivados pelo ganho financeiro, mas sim por uma estratégia (bem-sucedida) cuja finalidade era atrair a atenção da mídia internacional. Tais episódios – todos ocorridos na administração Pastrana – se deram na ‘retenção’ dos passageiros e tripulação de um vôo comercial em Bucamaranga, em abril de 1999; no seqüestro de toda a congregação de uma igreja em Cáli, no mês seguinte; e, finalmente, na ‘retenção’ de mais de 30 administradores de um *resort* nas proximidades de Cáli, em setembro de 2000⁹⁸. Na maioria das vezes, o seqüestro durou alguns meses, mas houve vítimas que foram mantidas em cativeiro por mais de um ano. Se, por um lado, o ELN não relutava em planejar seqüestros espetaculares, por outro, libertava praticamente todos os reféns sem causar-lhes ferimento ou dispensar-lhes maus tratos Alegava, de modo paradoxal, que essa era a sua maneira de demonstrar respeito pela vida humana – ainda que seguisse realizando ataques nos quais vários civis eram mortos (Rabasa & Chalk, 2001; Rochlin, 2003).

De 1996 em diante, o ELN passou a defender a criação de uma “Convenção Nacional” envolvendo “todos os setores formadores de opinião, movimentos sociais, organizações políticas, associações econômicas, Igreja, intelectuais, a Esquerda etc”⁹⁹. A tal Convenção foi, a princípio, concebida como um amplo fórum de debate dos problemas nacionais e, a partir de 1997, passou a ser encarada como um instrumento capaz de fazer avançar o diálogo com Bogotá. No decorrer das negociações entre os grupos armados, trabalhava-se com a

⁹⁷ Durante este processo de paz, o ELN teria realizado aproximadamente 100 ataques a gasodutos colombianos. A Cia. Colombiana de Petróleo (ECOPETROL) estimava que os prejuízos com os ataques apenas ao gasoduto Caño Limón-Coveñas tivessem chegado aos US\$201 milhões, entre os anos de 1998 e 2001. (Fonte: *Colombia’s Elusive Quest for Peace*. Latin America Report No.1: page19. op.cit.)

Especialmente no caso colombiano, o seqüestro podia se apresentar como um símbolo do paradoxo guerrilheiro por excelência quando, “dizendo-se na liderança de um projeto de emancipação contra qualquer alienação, a guerrilha reduzia os corpos de suas vítimas a simples mercadorias capitalistas” (Sanchez G. 2001: 19).

⁹⁸ No mínimo, causava estranheza que um grupo cuja liderança histórica esteve a cargo de religiosos, tenha realizado o seqüestro de fiéis em meio em meio a uma missa.

Ver também: Garcia-Pena (2000), *The National Liberation Army (ELN) Creates a Different Peace Process*. NACLA Report on the Americas, New York, Sep/Oct, Vol. 34, Iss.2, p.38-41

perspectiva de que qualquer quota adicional de poder poderia contribuir para os objetivos políticos do ELN, por ocasião de uma eventual reestruturação do governo (Rochlin, 2003; Valencia, 2002).

2.4. Os Paramilitares

Milícias de autodefesa e facções políticas armadas já atuavam durante a Violência. Pouco depois, em 1964, uma lei de defesa nacional permitiu a criação de unidades civis de defesa com o objetivo de apoiar o Exército na luta contra os insurgentes. Todavia, o paramilitarismo surgiria oficialmente nos anos 1980, durante o *boom* dos negócios da droga, quando proprietários de terra, empresários e traficantes de drogas – a narcoburguesia – investiram em forças de segurança privadas, na forma de milícias armadas, visando a fazer frente à prática do seqüestro e da extorsão por parte da guerrilha. Teve destaque a criação da milícia Morte aos Seqüestradores (*Muerte a los Secuestradores*), tida como precursora do papel posterior dos paramilitares¹⁰⁰, pelo cartel de Medellín, em 1982. Esta milícia deu proteção aos ricos proprietários de terra e atuou como um esquadrão da morte contra os guerrilheiros e seus familiares, ainda que se apresentasse formalmente como um movimento contra-insurgente de caráter civil. (Bernal, 2003; Rochlin, 2003).

Depois de uma traumática experiência pessoal em 6 de janeiro de 1994, o líder Carlos Castaño integrou-se às quadrilhas paramilitares que agiam no Alto Sinú e fundou as Autodefesas Unidas de Córdoba e Urabá. Mais tarde, em maio de 1997, mediante a conjugação de forças com outras nove milícias de distintos departamentos do país, criou as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). O encontro que engendrou a constituição das AUC foi realizado, mais precisamente, em 18 de abril de 1997, nas montanhas de Urabá, no departamento de Antioquia, com a assistência das Autodefesas de Puerto Boyacá, das Autodefesas de Ramón Isaza e das Autodefesas dos Llanos Orientales, além das Autodefesas de Córdoba e Urabá (ACCU) – estas, originalmente capitaneadas por Castaño. Em 16 de maio,

⁹⁹ Fonte: *Prospects for Peace with ELN*. International Crisis Group, Latin America Report No.2: pages 8-9. Bogota/Brussels, 4 October 2002. Em www.crisisweb.org Acessado em dezembro/2003.

realizou-se uma segunda reunião, na qual os demais grupos paramilitares aderiram às AUC, visando a fortalecerem-se no seio de uma organização guarda-chuva, que dispusesse de algum grau de coordenação central. Se, por um lado, o empreendimento resultava inicialmente de motivações pessoais – o desejo de Carlos Castaño era vingar o assassinato de seu pai, em 1981, e, posteriormente, de seu irmão, em 1996, pelas FARC –, por outro, para compreender a ascensão dos paramilitares colombianos, é necessário, ainda, ter em mente que eles lutavam sob a bandeira de interesses políticos que tinham dificuldades para se impor por meio da legalidade institucional. Talvez por isso, no final do decênio de 1990, os paramilitares tenham promovido, em torno de si, um movimento de restauração do *status quo* rural que se propôs a neutralizar qualquer tentativa de reforma política que pudesse abalar as estruturas de poder e riqueza no setor. De algum modo, esta ordem rural já vinha sendo ameaçada pelas tentativas de modernização política e reforma social impulsionadas pelas negociações de paz realizadas desde o mandato do presidente Belisario Betancur, entre os anos de 1982 e 1986 (Rabasa & Chalk, 2001; Valencia, 2002; Vargas, 2002).

Progressivamente, a evidente fragilidade do Estado colombiano veio a proporcionar o estímulo definitivo para que alguns segmentos da população buscassem garantir sua segurança firmando alianças com as forças paramilitares de direita¹⁰¹. Eventualmente, mesmo as Forças Armadas recorreram ao expediente paramilitar para levar a cabo a inglória tarefa de ‘combate eficaz a inimigos internos’. Finalmente, é importante observar que a defesa dos substanciais interesses econômicos dos narcotraficantes e dos latifundiários permitiu aos paramilitares tornarem-se tão bem financiados, a ponto de conquistar relativa autonomia. Esta, durante o processo de paz em estudo, ficou aparente, uma vez que os paramilitares reafirmavam seu genuíno desígnio de alterar a dinâmica do conflito, de modo a enfraquecer a guerrilha ou a forçar a sua rendição, obstando qualquer reforma e rejeitando qualquer concessão à guerrilha. Ao longo do processo de paz, Carlos Castaño notabilizou-se pela verborragia ao acusar o

¹⁰⁰ Sobre a ascensão e transformação das forças paramilitares, ver também: *Colombia's Elusive Quest for Peace*. Latin America Report No.1: pages 4-5. Op.Cit.

¹⁰¹ O investimento em segurança privada levaria à criação do CONVIVIR (Cooperativa para a vigilância e Segurança Privada) – criado no governo Samper, pelo decreto 356, de 1994, e extinto em agosto de 1998, pelo recém empossado presidente Pastrana, em atendimento às exigências das FARC relacionadas aos paramilitares.

presidente Andrés Pastrana de entregar o país às forças de subversão¹⁰² (Rabasa & Chalk, 2001; Richani, 2002; Vargas, 2002; Valencia, 2002).

O envolvimento cada vez mais íntimo dos paramilitares com organizações e atividades criminosas manteve-os na sombra da clandestinidade. Indiferentes a isso, não concordavam em depor as armas, sempre com vistas à perspectiva de expansão à margem da lei. Sua presença justificava-se na insegurança suscitada pela atividade guerrilheira, ante a debilidade de Bogotá. No entanto, a sua atuação acentuava ainda mais a crise colombiana, na medida em que contribuía para a proliferação das condições que constituíam a semente mesma do fenômeno mercenário. Em 1997, o movimento se descreveu, em termos contraditórios, como “um movimento político-militar de caráter subversivo no exercício do uso do direito à legítima defesa, reivindicando transformações no Estado sem, no entanto, atentar contra ele”¹⁰³.

Os grupos paramilitares foram, de fato, um recurso amplamente requisitado, em nível local, para proteção dos negócios de distintos setores econômicos, especialmente durante os anos 1980-90. Todavia, os extremados métodos paramilitares de assassinato seletivo, desaparecimento forçado, massacres e deslocamento de populações inteiras logo fizeram que estes mercenários fossem reconhecidos como os principais infratores das normas humanitárias básicas¹⁰⁴. Os massacres da década de 1980, inclusive, determinaram o fim da União Patriótica¹⁰⁵ e corresponderam à maioria dos homicídios dessa natureza no período. Estima-se que, “dentre 23.184 pessoas mortas pelos grupos armados entre 1988 e 1997, apenas 3.532 foram vítimas dos grupos guerrilheiros, enquanto 19.652 o foram de outras organizações”¹⁰⁶ – nesse caso, os paramilitares, os cartéis da droga e outros grupos de ‘justiça privada’ (Bernal, 2003; Rabasa & Chalk, 2001).

¹⁰² Valencia, op.cit., pag. 41

¹⁰³ Bernal, op.cit., pág. 42

¹⁰⁴ Suas ações responderam pelo deslocamento forçado de 319.000 colombianos no ano 2000, 342.000 em 2001 e 350.000 em 2002. Totalizando um número superior a 2.500.000 pessoas levadas a deixar suas casas, desde 1985. Fonte: *World Refugee Survey*.

¹⁰⁵ Por esta razão discute-se o espaço à participação da esquerda na política. O ELN denunciava, por exemplo, que os paramilitares eram “politicamente influenciados ou até mesmo coordenados por integrantes do Estado e por setores da elite econômica do país”. Para este grupo guerrilheiro, eles podiam ser descritos como um “exército de mercenários contratados para conduzir uma campanha violenta de limpeza social, desejando atingir sobretudo o segmento intelectual ligado à esquerda” (Rochlin, 2003: 124).

¹⁰⁶ Rabasa & Chalk, op.cit., pag. 55-56

Em áreas em disputa entre os atores armados e em povoados considerados como base social da guerrilha revolucionária, os paramilitares conduziram massacres de civis amiúde, com o fim de disseminar o medo. A população local se via diante de três alternativas: morrer, fugir ou submeter-se à ordem imposta pelo novo poder militar. Alegava-se que tais atos de terrorismo eram baseados em informações de inteligência obtidas junto a ex-colaboradores da guerrilha. Especula-se que havia numerosos desertores das FARC alistados entre os paramilitares – ex-guerrilheiros que fugiam da dura disciplina que lhes era imposta, e aos quais, em troca da nova lealdade, era assegurada proteção contra possíveis retaliações. A estratégia paramilitar assemelhava-se à guerrilheira: influenciar a política por meio da cooptação ou da intimidação dos representantes oficiais locais e disputar militarmente o domínio de áreas produtoras de coca, que representavam uma importante fonte de recursos (Simons, 2004; Vargas, 2002).

O envolvimento dos paramilitares com o narcotráfico se dava desde o processamento da cocaína até a sua exportação. Por ocasião do processo de paz, essa parceria assegurava-lhes um montante anual de cerca de 75 milhões de dólares, valor que correspondia a 80% do seu orçamento total¹⁰⁷. Boa parte da sua receita advinha, também, da extorsão. Os paramilitares exigiam das populações rurais o pagamento de cotas ditas “voluntárias” que, na prática, eram compulsórias, uma vez que, caso os camponeses se recusassem a pagá-las, eles passavam ao rol dos suspeitos de manter relações com o “inimigo”. Conseqüentemente, os colonos constituíam-se em alvos de sua principal modalidade de ação, a saber, o terror contra a população rural que eles julgavam apoiar ativa ou passivamente as guerrilhas¹⁰⁸ (Rabasa & Chalk, 2001; Rangel, 2001).

Os paramilitares tentaram, também, formular um discurso político de alcance nacional. Afinal, à medida que seu patrimônio econômico e territorial se expandia e eles ganhavam o apoio de segmentos sociais detentores de substancial poder político, social e econômico do país, suas ambições se agigantavam. Passaram a almejar o reconhecimento como organização de caráter político e esboçaram uma suposta fiscalização sobre qualquer processo de paz que se

¹⁰⁷ Rabasa & Chalk, op.cit., pag. 55

realizasse entre o Estado e os grupos guerrilheiros. Assim como os guerrilheiros, os paramilitares também elaboraram uma matriz de reivindicações que pudesse servir de base a um projeto político¹⁰⁹. Sua plataforma política coincidia com a da direita colombiana. Todavia, em seu discurso, podiam defender também uma reforma agrária e uma reforma urbana, além de medidas distributivas (Bernal 2003; Murillo, 2004; Rangel, 2001).

Se, por um lado, os grupos mercenários nutriram pretensões de acesso ao poder institucional, por outro lado, prevaleceu sua natureza fundamentalmente bélica, em função do incessante confronto com os grupos guerrilheiros e das sucessivas negociações de paz entre diferentes governos e as FARC. Sua oposição incondicional aos processos de paz marcou presença durante o governo Pastrana, quando, em maio de 2000, após o seqüestro de sete parlamentares colombianos, Carlos Castaño declarou: “nossa atitude é de rebelião contra o processo de negociação, o qual consideramos incorreto, pois enquanto o governo faz reiteradas concessões à subversão, a guerrilha não oferece aos colombianos um só gesto de paz”¹¹⁰. Em seguida, complementou: “temos informação de que o Congresso tem um projeto, que será aprovado em janeiro ou fevereiro do próximo ano, segundo o qual ficarão em liberdade todos os guerrilheiros das FARC e, a respeito, o governo já deu o seu consentimento”¹¹¹. Naturalmente, em momento algum o governo lhes estendeu o status político conferido à guerrilha. Toda discussão se manteve restrita à definição dos termos do seu desarmamento. A batalha contra os paramilitares foi inclusive declarada como uma prioridade estratégica e, segundo dados divulgados oficialmente¹¹², 76 integrantes dos grupos ilegais de autodefesa foram mortos e 705 foram capturados em confrontos com o Exército, entre 1997 e 1999¹¹³. Ao final do governo Pastrana, apesar de contarem com 11.000 integrantes, os paramilitares já não gozavam de condições políticas e militares para se constituírem em ator dominante. Entretanto, agravaram a realidade por si só caótica da guerra civil, porquanto lideraram os abusos e as violações aos

¹⁰⁸ Ver Anexo 4.

¹⁰⁹ Sobre o detalhamento dos objetivos políticos dos paramilitares, ver: Ferrer, Y (1998) *Paramilitaries Want in on Peace Talks*. Inter Press Service, New York, Jul 8, p.1.

¹¹⁰ Valencia, op.cit., pág. 215

¹¹¹ Ibidem. Pág. 216.

¹¹² Relatório de 2000 do Ministério de Defesa da Colômbia.

¹¹³ Rabasa & Chalk, op.cit., pág. 57

direitos humanos ao longo de toda a negociação do processo de paz entre o governo e as FARC¹¹⁴ (Rabasa & Chalk, 2001; Rochlin, 2003; Valencia, 2002).

Em suma, a expansão dos paramilitares¹¹⁵, o crescente apoio de setores da classe média e a utilização impiedosa do terror contra a parcela da população que eles julgavam fornecer auxílio para a guerrilha foram elementos que introduziram complexidade adicional tanto ao desenrolar do confronto armado, quanto à negociação política voltada à sua resolução. Particularmente diante da população civil desarmada, a presença paramilitar, em conjunto com os grupos guerrilheiros, se traduzia na ameaça constante e generalizada de mais de 30.000 homens ilegalmente armados atuando sobre o território colombiano (Rangel, 2001; Romero, 2003).

2.5. As Forças Armadas

Após a conquista da Independência, em 1820, o poder no país encontrava-se fragmentado geográfica e politicamente, com núcleos econômicos regionais ilhados e pouco integrados entre si. A persistência desse quadro viria a interferir no processo de desenvolvimento do Estado colombiano e na conformação de suas instituições – incluídas aí as Forças Armadas. Ao longo da história da Colômbia, a fragmentação do poder tanto caracterizou o sistema político, quanto exerceu forte influência sobre a construção da instituição castrense. Em geral, “as elites políticas não viam a instituição como um dos pilares de consolidação do Estado-nacional e os dois partidos buscaram sempre incliná-la em seu favor e contra o outro”¹¹⁶. Em meados do século XIX, o Exército foi reduzido a menos de mil homens. Havia ampla liberdade para o comércio de armas e a possibilidade de cada oligarquia regional constituir sua própria milícia – fatores que contribuíram para que o Exército atuasse em favor dos interesses privados dos grandes proprietários de terras. Já na primeira metade do século XX, a tendência por parte dos partidos políticos tradicionais foi a de colocar as Forças Armadas como um

¹¹⁴ Em 1998, em meio à acusação de haverem cometido 80% do total de homicídios relacionados ao conflito quando, segundo estimativas, contavam com um contingente de 8000 integrantes (Fonte: Human Rights Watch World Report 2000. Em <http://hrw.org/wr2k/americas-03.htm>, acessado em dezembro/2004)

¹¹⁵ Ver Anexo I.

instrumento a serviço da facção que, porventura, estivesse ocupando o governo (Rangel, 2001; Vargas, 2002).

Ainda durante as duas décadas finais de dominação colonial, uma reforma foi promovida pelo rei Carlos III, por meio da qual o Exército foi dotado de prestígio e poder político. Todavia, no decorrer do século XIX, ainda não fora possível a construção de um exército nacional profissional e permanente. Qualquer possibilidade que pudesse haver no sentido da consolidação de um Exército sólido sucumbiria ao advento das sucessivas guerras civis e à incapacidade de conferir bases sólidas à nova República. No episódio do desmembramento do país pela separação do Panamá, por exemplo, no qual estava em questão a própria soberania nacional, não houve qualquer reação dos militares, essencialmente porque estes encontravam-se inoperantes depois da Guerra dos Mil Dias. O processo de profissionalização foi, então, interrompido por múltiplos obstáculos, sofreu retrocessos e teve de esperar até o início do século XX, quando o governo do general Rafael Reyes inaugurou a construção de Forças Armadas profissionais, consideradas como base e garantia tanto da soberania nacional quanto da estabilidade interna (Vargas, 2002; Torres, 2005)

A história das Forças Armadas colombianas foi então constituída por uma tensão permanente entre a busca de profissionalização do aparato militar, uma utilização político-partidária e uma almejada conformação em instituição oficial garantidora da institucionalidade e da legalidade do regime político. Alejo Vargas descreve o processo de conversão das Forças Armadas em instituição nacional, profissional dividindo-o em momentos distintos. O primeiro momento corresponde ao interregno entre a guerra de Independência – e o Exército que foi incubado durante a mesma – e as guerras civis do século XIX – as quais culminaram com a sua fragmentação. No segundo momento, houve tentativas de profissionalização do Exército e o partido político no poder buscava utilizá-lo como um instrumento a seu favor – um período que perdurou até o advento da onda de violência liberal-conservadora de meados do século XX. Já no terceiro momento, a temática passou a ser a decisão do governo de desvincular as Forças Armadas dos partidos políticos (Vargas 2002).

¹¹⁶ Vargas, A. (2002), *Las Fuerzas Armadas en el Conflicto Colombiano – Antecedentes y Perspectivas*. Intermedio Editores, Bogotá, D.C, pag. 92

A ocorrência de um único e breve levante militar não foi capaz de macular um traço distinto das Forças Armadas colombianas em relação à realidade latino-americana: dentre suas congêneres no continente, foi a mais leal ao regime político instituído. Entretanto, na década de 1990, as Forças Armadas não se encontravam precisamente a serviço do estado de direito e da democracia plena. O excessivo uso da força, exercida de modo indiscriminado, foi alvo de constantes denúncias de violações aos direitos humanos¹¹⁷ e de aproximação dos paramilitares. Um exemplo disso foi o episódio do massacre realizado em Puerto Patiño, em janeiro de 1995, na escalada da guerra civil, cujas investigações policiais concluíram haver sido perpetrado por paramilitares do grupo Los Macetos com o apoio de alguns membros do Exército, dirigidos pelo major Jorge Alberto Vergel, comandante da base Aguachica (Calvo, 1997).

Havia uma raiz histórica para a truculência das Forças Armadas já no início da denominada República Conservadora [1918-1930], quando elas – em especial, o Exército – foram incumbidas com a vergonhosa tarefa de controle interno do protesto social. No governo do general Rojas Pinilla e naqueles que o sucederam, a tendência foi lidar com a complexidade do movimento guerrilheiro de forma simplista, segundo o entendimento de que a erradicação de um movimento social responsável por perturbar a paz e a ordem estabelecidas era crucial. Por considerar a guerrilha uma mera perturbação da ordem pública, Rojas Pinilla concluiu que bastava decretar a anistia para aqueles guerrilheiros que depusessem as suas armas e se sujeitassem às leis. Em geral, na segunda metade do século passado, a resposta de Bogotá aos movimentos reivindicatórios, às greves e ao sindicalismo nascente, especialmente nos ramos petrolífero e de cultivo da banana, caracterizou-se pelo caráter repressivo, implementado por meio dos militares. Talvez por isso, Alejo Vargas chamou a atenção para “a violência do poder ou violência de cima, que tem sua manifestação nas formas despóticas e tirânicas do poder político, na repressão e no terror de Estado, os quais estão ligados à vontade do Estado de afirmar sua supremacia e monopólio do poder, ainda que rebaixando sua própria legalidade”. O período supracitado reforçou uma espécie de cultura popular que desconfia do Estado, na medida em que este, quando intervinha, não o fazia com vistas à mediação dos conflitos sociais, mas

¹¹⁷ Human Rights Watch World Report 2000. Op.cit.

sim para golpear os setores subordinados da sociedade. De fato, essa truculenta atuação estatal dava origem a dois efeitos importantes: uma reação imediata e agressiva por parte dos setores que protestavam, sob a forma da violência sócio-política difusa, e a lenta construção histórica de uma cultura popular que, no longo prazo, alimentava a desconfiança nas intervenções estatais (Rangel, 2001; Torres, 2005; Vargas, 2002).

A negação do poder da sociedade civil pelas elites e o sectarismo da sociedade colombiana engendraram certa despreocupação com relação ao temário social – conforme afirmado, este era, geralmente, expresso em termos de ‘ordem pública’ – e foram responsáveis por deixá-lo a cargo dos militares. Mediante o expediente jurídico do “estado de sítio”, os governos durante e após a Frente Nacional delegaram reiteradamente às Forças Armadas o controle dos conflitos e do protesto social. Tal prática “facilitou as deliberações militares, tanto de caráter normativo como operacional, e veio a mostrar-se como uma espécie de aceitação prévia de ações repressivas posteriores. Deste modo, traduziu-se num claro estímulo a uma dinâmica de violação aos direitos humanos”¹¹⁸, dada a relativa autonomia decisória da instituição no que concerne à ordem pública e aos assuntos de ordem estritamente militar. As Forças Armadas se constituíram então num ator central da política interna após exercerem um papel chave no controle dos movimentos de esquerda durante as décadas que sucederam a Frente Nacional. Com o passar do tempo, converteram-se no palanque principal para a defesa de privilégios a partir da garantia do monopólio da violência legítima quando houve a aparição das forças paramilitares e, finalmente, do terrorismo, o qual foi coetâneo à ampliação das ações da guerrilha (Romero, 2003; Vargas, 2002).

No governo Pastrana, uma incipiente reversão desse panorama se deu com a reforma do Código Penal Militar, a qual buscava fortalecer o controle jurídico civil sobre as Forças Armadas¹¹⁹. Àquela altura, registrou-se um declínio na incidência de queixas quanto à responsabilidade militar de atos de desrespeito às

¹¹⁸ Vargas, op.cit., pag. 196

¹¹⁹ Em 2000, o governo Pastrana sancionou o novo Código Militar Penal, no qual a ênfase era que os militares envolvidos na violação aos DH seriam imediatamente destituídos e julgados por tribunais civis. Uma iniciativa que atendia ainda às exigências dos EUA para a futura aprovação do Plano Colômbia. Esquivel, R. (2003), *Un Laberinto Impuesto*. In: Rabasa, A. & Chalk, P., *El*

leis humanitárias, apesar de relatórios das Nações Unidas e de outras organizações comprovarem sua violação regular pelas tropas de Bogotá¹²⁰. A reforma do Código Penal Militar representou, também, uma medida firme no sentido de dissipar a tradicional indiferença das elites da Colômbia para com o papel institucional desempenhado pelas Forças Armadas na construção do Estado-nação, além de refutar o argumento segundo o qual as conjunturas sociais adversas – desde a violência bipartidária de meados do século XX – poderiam justificar a truculência (Vargas, 2002).

Em 2002, de acordo com relatórios da Anistia Internacional, a estratégia de contra-insurgência se manteve caracterizada pela violação generalizada e sistemática aos direitos humanos. Os civis residentes na zona de conflito e acusados de simpatizar com a guerrilha ou colaborar com ela eram submetidos à execução extrajudicial, ao desaparecimento forçado e a outras atrocidades pelas forças de segurança e seus aliados paramilitares. No entanto, era unânime a opinião de que a absoluta impunidade que marcara o massacre acima mencionado de Puerto Patiño deveria ser combatida. No começo do decênio de 1960, prevaleceu o modelo expresso no Plano Lazo (1960-1965), elaborado sob inspiração do general Alberto Luiz Novoa, o qual pregava a necessidade de as lideranças militares usufruírem de autonomia decisória em relação ao poder civil na condução de assuntos de ordem pública. Naquele ciclo de Guerra Fria, as ações contra-insurgentes tiveram uma forte motivação ideológica anticomunista e as Forças Armadas aumentaram de 23000 homens, em 1961, para 37000, em 1965. Com o advento do Plano Lazo, foi inaugurada a fase de confrontação total, quando sua ênfase exclusivamente militar determinaria o distanciamento da sociedade civil e a conformação de um modelo agressivo de política estatal em relação à guerrilha (Rangel, 2001; Romero, 2003; Vargas, 2002).

Mais tarde, durante a administração de Misael Pastrana Borrero (1970-1974), o foco da questão da segurança do Estado deslocou-se para um eventual conflito com a Venezuela acerca de fronteiras e todo o orçamento militar destinou-se à aquisição de armamentos, na hipótese de um conflito internacional com o país vizinho. Somente no fim desse mandato presidencial, as autoridades

Laberinto Colombiano – Propuestas para la resolución del conflicto. Departamento de Publicaciones de la Universidad de Colombia, Bogotá, D.C, pag. 56.

¹²⁰ Fonte: *Colombia's Elusive Quest for Peace.* Latin America Report No.1: pages 7-8. Op.cit.

voltaram a priorizar a insurgência interna – elaborou-se um Estatuto de Segurança –, até porque surgira o grupo guerrilheiro urbano M-19, cujas ações incomodaram as próprias Forças Armadas, então sob o comando do general Camacho Levya. A guerrilha rural não constava da lista de preocupações desse governo, posteriormente apontado como um dos que mais cuidou dos problemas da segurança no país. Na realidade, Bogotá desprezou e subestimou a insurgência, até o início do governo do presidente Belisario Betancur (1982-1986), o qual reconheceu um *status* político ao movimento guerrilheiro e admitiu a necessidade de realizarem-se reformas políticas, econômicas e sociais com a finalidade de neutralizar os fatores que propiciavam a proliferação da insurgência. Ao conceder anistia para os guerrilheiros já condenados ou ainda respondendo a processos, o governo acreditava estar abrindo caminho para um processo de paz que solucionaria o conflito armado, mas as Forças Armadas se distanciaram do poder civil. A situação desandou, culminando no massacre realizado no Palácio de Justiça, em 1985, e explodiu uma guerra suja contra os guerrilheiros anistiados, que começavam a fazer política de forma aberta e legal (Rangel, 2001; Romero, 2003).

Por um lado, a bagagem ideológica da guerrilha havia se construído, sobretudo, a partir da oposição ao Estado colombiano – cujo notório elitismo era denunciado. Por outro lado, setores oficiais, como as Forças Armadas, apenas reconheciam na guerrilha um grupo fora da lei – uma visão inflexível que bloqueou o processo de maturação institucional das Forças Armadas no curso das quase quatro décadas de conflito. Esta visão fê-los subestimar a capacidade militar dos guerrilheiros e recusar-lhes a concessão de *status* político. Como o movimento guerrilheiro não era encarado com a devida seriedade, tornou-se difícil prever a evolução da sua estratégia e aceitar como tais as derrotas infligidas pela guerrilha ao Exército em várias ocasiões. A ausência de uma perspectiva realista de impor uma derrota militar definitiva à guerrilha desafiava as Forças Armadas. Sobretudo na gestão de Andrés Pastrana, seria equivocado divisar um cenário em que a guerra civil fosse encerrada com uma vitória militar. A atuação das Forças Armadas seguiram demonstrando não compreender que, diferentemente de um exército profissional, a guerrilha colombiana não lutava sob risco de perder e ter de se render, pois poderia refugiar-se e retomar a guerra postumamente (Rangel, 2001; Vargas, 2002).

2.6. Território, atores e poder

Por ocasião da instalação do processo de paz, a gravidade do problema colombiano permitia descrever os vários atores de acordo com suas respectivas retaguardas – ou seja, segundo a nítida delimitação de regiões nas quais cada qual se destacava pela concentração de força e constituição de uma base de apoio, treinamento e potencial de expansão. A realidade comportava tanto o passado quanto o futuro do conflito armado, à medida que representava tanto a longa trajetória do conflito quanto o risco de vê-lo prolongando-se indefinidamente. A existência destes espaços consolidados e o risco do encerramento do processo de paz deixaram a população sob a ameaça de assistir à definição de sucessivos cenários de guerra, com as ofensivas e contra-ofensivas entre os vários atores armados levando ao êxodo ou à morte grande parcela da população civil¹²¹.

As FARC tinham sua retaguarda na confluência dos departamentos de Meta, Caquetá, Guaviare e sul de Cundinamarca, em uma ampla área da Cordilheira Oriental, e ainda poderiam expandir-se para locais próximos como o sul de Tolima, o Norte de Huila, Putumaya, Cauca e Nariño – além dos limites da própria capital, Bogotá. As AUC tinham sua retaguarda na ampla área que corresponde o Alto Sinú e São Jorge, em Córdoba, ao Urabá e ao Baixo Cauca e vinham iniciando sua expansão para os centros urbanos em direção à Medellín, Bogotá, Cali e Barranquilla¹²². O ELN, por sua vez, mantinha uma zona de retaguarda um pouco vulnerável, porém reconhecida como seu ponto histórico, entre o Baixo Cauca e o sul de Bolívar. Finalmente, as Forças Armadas mostravam concentração de força na capital Bogotá e em seus arredores. Dispensavam ainda especial atenção a pontos estratégicos da economia e da vida nacional relacionados aos setores hidrelétrico e petrolífero. Por sua vez, o núcleo

¹²¹ Ver Anexo 2.

¹²² Mauricio Romero destaca as regiões de Urabá, Córdoba e Magdalena Médio como sendo os locais onde se desenvolveram os núcleos paramilitares por sua tendência a se basearem na grande propriedade territorial, com alta concentração de terras, e estando sobretudo sob a tutela de redes políticas filiadas ao Partido liberal, as quais foram cortejadas por poderosos e emergentes chefes do narcotráfico. Foram regiões que ficaram marcadas pela aberta colaboração entre setores ou indivíduos representantes das Forças Armadas e paramilitares ou grupos afins. Cf. Romero, M. (2003), *Paramilitares y Autodefensas, 1982-2003*. Editorial Planeta Colombia S.A., Bogotá, D.C .

da luta antinarcóticos se encontrava em Putumayo, coordenando-se a partir das bases militares de Três Esquinas e Larandia no Caquetá, além de locais específicos tais como Cartagena do Chairá, Caqueta, Sul de Bolívar e La Gabarra, Norte de Santander (Valencia, 2002)

A manutenção destas retaguardas e da ação ininterrupta dos atores armados, mesmo durante o processo de paz, podiam perfeitamente apoiar a noção de que o fator político pudesse vir a ser utilizado como instrumento em prol do fator militar. Disso resulta a tese defendida por Carlos Romero quanto à existência de um ‘condomínio do poder de fogo’ entre ‘várias Colômbias’, o qual existiria desde meados do século XX. Por condomínio do poder de fogo, o autor apontava um arranjo muito específico que havia alcançado algum equilíbrio político-militar até o advento do narcotráfico, o qual foi conseqüentemente acompanhado pelo avanço das frentes guerrilheiras e pelo aparecimento de novos atores. Para esse autor, a descrição de uma democracia restritiva e a pretensão de derrubá-la pela via armada – em consonância com a clássica ação revolucionária – colocava-se distante de abranger toda a realidade local (Romero, 2000; Salazar, 2003).

Como descrito no primeiro capítulo, a política de Bogotá sempre representou uma jurisdição bastante reduzida. Enquanto algumas regiões não tinham contato regular com a capital, outras sequer sentiam-se parte do país. Por isso, paralelamente ao Estado, co-existiram grupos armados e níveis de clientelismo que, mesmo admitindo a existência de uma autoridade política central, na prática, conservaram privilégios e definiram os três distintos espaços políticos descritos acima – os quais, realimentando-se após o empreendimento levado a cabo no governo Pastrana, não deixaram de “conviver” para fundirem-se num único poder (Romero, 2000; Simons, 2004).

2.7.

O financiamento dos grupos armados irregulares

Até os anos 1980, as guerrilhas extraíam seus recursos da prática de seqüestros individuais e da aplicação de “taxas revolucionárias” – as quais devem

ser entendidas objetivamente como uma forma de extorsão¹²³. Os seqüestros, com os quais a guerrilha ganhou notoriedade, serviram tanto à propaganda quanto à intimidação de lideranças civis e políticas¹²⁴. Em alguns casos, as vítimas integravam o alto escalão do governo federal. Prefeitos e integrantes dos conselhos municipais encontravam-se igualmente expostos a seqüestros, ao assassinato e a diferentes táticas de intimidação¹²⁵. No ano 2000, após o transcurso de boa parte do processo de negociação, os seqüestros ainda atingiam aproximadamente 1600 pessoas, incluindo mais de uma centena de crianças¹²⁶. Pouco antes, no fim dos anos 90, assistiu-se ainda a uma prática denominada “pesca milagrosa”, a qual era praticada contra alvos coletivos. Essa estratégia, adotada sobretudo nos centros urbanos, onde os grupos guerrilheiros não tinham uma presença consolidada¹²⁷, consistia em deter centenas de automóveis nas estradas para, em seguida, selecionar as vítimas uma a uma, com base nas informações de um banco de dados instalado em computadores portáteis (Rangel, 2001; Suárez, 2000).

Perscrutar a arrecadação dos guerrilheiros significa avaliar um fator decisivo para a expansão e a consolidação do movimento. Alfredo Suárez, por exemplo, demonstra que o orçamento da guerrilha colombiana se destinou a uma ampla gama de despesas, mas foram, sobretudo, necessários à manutenção e à expansão de suas frentes de combate e ao contínuo desenvolvimento da sua capacidade bélica. Ele ressalta que os guerrilheiros alocaram recursos para a ação política, para a manutenção de um sistema de seguridade social que atendesse a eles próprios e aos seus familiares, e para a infraestrutura de trabalho em regiões remotas. Suárez assinala, ainda, que uma parte da receita se destinava a

¹²³ No setor agropecuário, a extorsão era ainda conhecida por “vacina”, e nestes casos, o valor era calculado com base no patrimônio e no grau de cooperação ou oposição do proprietário para com as frentes guerrilheiras locais (Rangel, 2001: 396)

¹²⁴ No início do processo de paz, cerca da metade do seqüestro mundial se registrava sobre o território colombiano. Em toda Europa e África realizava-se a décima parte dos seqüestros realizados na Colômbia (Rangel, 2001: 389)

¹²⁵ Àquela altura, a ameaça do seqüestro já não distinguia classes sociais. O risco de extorsão ainda continuava sendo três vezes maior nas classes altas. A incidência de homicídios, no entanto, era duas vezes maior em famílias de classes mais baixas que em classes altas (Rangel, 2001: 411).

Sobre a evolução deste quadro, ver: Ferrer, Y (2003) *Targets of Violence Cover a Wide Range*. Global Information Network, New York, Feb 25, p.1

¹²⁶ “*Colombia: War Without End*”, Anonym. Em www.cnn.com/SPECIAL/2000/colombia, acessado em novembro/2003.

investimentos na economia formal, em nível local, nacional e internacional¹²⁸. O autor argumenta que a análise pormenorizada do conflito armado colombiano deve abarcar a reflexão acerca de suas causas de ordem estrutural e específica e dos fatores que favoreceram sua reprodução – dentre os quais, ele destacou o papel decisivo do narcotráfico (Vargas, 2002; Suárez, 2000).

Em especial, a ascensão do narcotráfico na Colômbia ajustou-se plenamente à realidade local. Foi ainda favorecida pela histórica presença de uma economia ilegal, a qual vinha desde o contrabando de tabaco durante o período colonial, para abarcar, mais recentemente, o contrabando de artigos de luxo e de esmeraldas. Esta economia paralela mostrava-se uma atividade produtiva e mercantil de caráter internacional, à margem da legalidade, desenvolvida por indivíduos e organizações interessados, fundamentalmente, no lucro pessoal. Ou seja, apresentava três características destacadas: a ilegalidade em si, a projeção internacional e a possibilidade de grandes rendimentos. Desse modo, o problema das drogas na Colômbia atuou como uma espécie de “articulador e detonador de vários elementos que diziam respeito à realidade do país”¹²⁹, a saber, a corrupção, o descrédito institucional, o quadro de múltiplas violências e a desconfiança do povo quanto à política e aos políticos. Até mesmo as lideranças sociais eram suspeitas de capitanearem projetos demagógicos de objetivo dúbio, relacionados essencialmente a vantagens pessoais (Simons, 2004; Vargas, 2002).

Ao avançar para além dos territórios da Bolívia e do Peru, o narcotráfico encontrou, na Colômbia, um meio caracterizado por incentivos materiais, conflitos sociais e práticas políticas, que foi determinante para o seu desenvolvimento. A partir da atuação dos grupos armados e das relações pessoais individuais e coletivas, ao longo da década de 1990, o narcotráfico colombiano não apenas se desenvolveu, como logrou atingir maturação e preeminência. De modo paradoxal, favoreceu o desenvolvimento do principal grupo guerrilheiro – as FARC – e a ascensão do seu maior opositor – os paramilitares. Em associação

¹²⁷ A captura da vítima podia também ser sub-contratada pela guerrilha e isto geralmente ocorria nas ações realizadas no perímetro urbano. O valor médio dos resgates girava em torno de cem mil dólares e dentre as vítimas, 1 em cada 5 era de nacionalidade estrangeira (Rangel, 2001: 392)

¹²⁸ Àquela altura, os milhares de dólares em poder dos guerrilheiros deixaram de ser guardados no meio da floresta para serem investidos de forma capitalista em negócios de alto rendimento e crescente complexidade. Segundo estimavas, a guerrilha tanto possuía contas milionárias em bancos nacionais e internacionais, quanto adquirira parte de grandes empresas colombianas no mercado acionário das bolsas de valores (Rangel, 2001: 406).

com as milícias, o narcotráfico simplesmente exerceu “uma visão simples, prática e utilitária da realidade e de como aproveitá-la para melhorar e elevar sua inserção política e sua legitimidade social”¹³⁰ (Simons, 2004; Tokatlian, 1999).

Em geral, pode-se estabelecer uma relação empírica de causa e efeito entre a incidência, a permanência e a escalada de uma guerra civil e a capacidade que um grupo subversivo tem de extrair recursos do mercado de *commodities*¹³¹. No caso da Colômbia, os atores armados puderam ampliar de fato sua fonte de recursos e, com isso, encontrar meios não apenas para subsistir, como também para se fortalecer militarmente. Na realidade, o grande volume de recursos proveniente do narcotráfico exacerbou a natureza “multifacetada” do conflito e agravou os problemas políticos, econômicos e sociais locais. Em 1998, por ocasião do início do processo de paz, estimativas oficiais davam conta de que os guerrilheiros e os paramilitares extraíram 620 bilhões de pesos (US\$ 551 milhões) do narcotráfico, 350 bilhões de pesos (US\$ 350 milhões) praticando a extorsão e 265.5 bilhões de pesos (US\$ 236 milhões) dos seqüestros¹³². Comparativamente, os recursos das FARC eram 48% procedentes do narcotráfico, 36% da extorsão, 8% dos seqüestros, 6% do roubo de gado e o restante de roubos a entidades financeiras. O ELN obtinha 60% de seus ingressos da prática da extorsão, 28% do seqüestro, 6% do narcotráfico e 4% de outras fontes. O montante expressivo obtido junto ao narcotráfico resultou da aproximação com a indústria das drogas em 32 das 61 frentes militares das FARC, 7 das 41 do ELN e 8 das 19 frentes dos paramilitares¹³³. Assim, ao adquirir importância crescente a partir dos anos 80, o narcotráfico forneceu a todos os atores armados clandestinos um cheque em branco para que continuassem se armando até os dentes, apesar de não haver

¹²⁹ Vargas, op.cit., pag. 240

¹³⁰ Tokatlian, op.cit., pag. 168

¹³¹ Cf. Adebajo, A. (2002), *Building Peace in West Africa*. Lynne Rienner Publishers, Boulder London, capítulos 3 e 4; Reno, W. (1998), *Warlord Politics and African States*. Lynne Rienner Publishers, Boulder London.

No caso colombiano, este aspecto poderia estar relacionado ao fato de se tratar de um dos maiores produtores mundiais de ouro, cujas reservas nacionais encontram-se sobretudo em Antioquia – 70%. Ou, ainda, devido à intensa produção de esmeralda que coloca a Colômbia entre os maiores fornecedores mundiais do produto – nisto, próximo a Bogotá, a mina de Muzo, nos Andes Orientais, é tida como a maior mina em todo o mundo. Fonte: Niki Johnson, *Colombia Profile*. Cambridge, England: World of Information, 2003.

¹³² Estimativas das Forças Armadas da Colômbia, de março de 2000. Em: Rabasa & Chalk, op.cit., pág. 32.

Ver também: Jensen, H. (1998), *Colombia in Crisis*. Journal Of Commerce, New York, Aug 17, p.6.

¹³³ Rabasa & Chalk, op.cit., pág. 32

propriamente criado nenhum movimento subversivo (Rabasa & Chalk, 2001; Rangel, 2001; Simons, 2004)

O narcotráfico adquiriu, portanto, uma natureza ainda mais nociva, ao associar-se à realidade de um Estado frágil, a um vago sentido de identidade nacional e à persistência de uma violência histórica descritos até aqui. O quadro distinguiu a história da Colômbia daquelas dos demais Estados do hemisfério. Ao ser alimentada pelas cobiça dos narcotraficantes¹³⁴, pelas demandas trazidas pelo resgate de algumas ideologias e pela ação hegemônica dos EUA, entre outros, a luta armada conjugou os ingredientes que lhe permitiriam avançar pela década de 1990 e chegar ao século XXI. A luta popular teve sua centralidade minimizada no transcorrer dessa trajetória, e a denominada ‘guerra contra as drogas’ pôde então justificar melhor a repressão social e a manutenção de um modelo que assegurava a histórica exploração econômica da grande maioria da população por uma restrita elite econômica¹³⁵ (Rochlin, 2003; Simons, 2004).

2.8. Conclusão

A mútua criminalização do adversário configurou, pois, um círculo vicioso que estabeleceu dificuldades para uma saída política e deixou o desamparado cidadão comum na linha de fogo entre os grupos armados. Ao tratar dos atores armados, à guisa de conclusão, somos compelidos a abordar o tema do dramático fluxo interno de refugiados em busca da sobrevivência¹³⁶. No auge da violência, a guerra civil na Colômbia permitia classificar destacadamente o território colombiano segundo ‘zonas de saída’ e ‘zonas de chegada’¹³⁷. De fato, no

¹³⁴ Ver Anexo 3.

¹³⁵ Juan Gabriel Tokatlian trata esta questão sob o seguinte tema: “*Segurança nacional e drogas psicoativas: Um vínculo real ou um problema aberto?*” (Tokatlian, 1999).

¹³⁶ No final do governo Pastrana, o índice de jovens abaixo dos 18 anos correspondia a 45% do total de refugiados. Em: **Capdevila, 2002.**

Ver depoimentos de refugiados registrados em: Perez, F. E. O. (1993), *La Violencia del Silencio*. Codhes, Universidad Javeriana, Santafe de Bogota .

¹³⁷ Ainda que as **zonas de saída** cobrissem a maioria do território colombiano, elas efetivamente correspondiam aos espaços onde se desenvolviam os combates e as operações militares contra a guerrilha e o narcotráfico – espaços onde, simultaneamente, grupos guerrilheiros e paramilitares lutavam entre si e intervínham na condução dos conflitos sociais, políticos e econômicos locais. Ao passo que as **zonas de chegada** correspondiam basicamente aos centros urbanos, nos quais a densidade populacional era tal que permitia ao cidadão usufruir de um certo anonimato e, talvez por isto, de alguma sensação de segurança física. Era o espaço no qual os habitantes rurais conseguiam ainda escapar da perseguição seletiva realizada pelos paramilitares. No campo, em

decorrer do processo de paz, os massacres ainda eram um meio amplamente empregado para eliminar supostos colaboradores do lado inimigo. Os números relativos a essa prática cresceram significativamente durante o período. Por exemplo, em 2001, o Comitê Permanente dos Direitos Humanos das Nações Unidas apresentou os registros de 2.564 ocorrências relativas ao ano 2000, contra 1.128 em 1997; esses massacres haviam sido perpetrados, na sua ampla maioria, pelos paramilitares¹³⁸. Um pequeno declínio em 2001 foi acompanhado pela elevação de 4.9% no índice de homicídios¹³⁹, resultado da chamada “limpeza social”¹⁴⁰ promovida tanto por guerrilheiros quanto por paramilitares, assassinatos seletivos realizados sem a interferência da polícia ou das forças armadas. Já a chamada ‘indústria do seqüestro’ foi capaz de produzir 3.000 vítimas em 2001 (depois, portanto, do transcurso de boa parte da negociação), dentre as quais 303 menores e 49 estrangeiros¹⁴¹. Estatísticas oficiais indicam que grupos criminosos ordinários agiam livremente na Colômbia. A situação caótica contribuiu para que eles respondessem por 10% desses seqüestros – seja por “encomenda”, seja com a intenção deliberada de “vender” suas vítimas aos paramilitares e à guerrilha, sendo esta última a responsável pela grande maioria dos seqüestros registrados¹⁴² (Peres, 1993; Rabasa & Chalk, 2001; Romero, 2003).

No contexto de um Estado ineficiente e diante dos recursos do narcotráfico, a população foi, então, deixada sem um sistema fixo de referência institucional e se encontrava constantemente exposta a retaliações por um ou por

geral, eram vistos como a base social do movimento guerrilheiro – vítimas, portanto, do persistente silogismo que os colocava como “camponeses, então suspeitos de serem militantes da esquerda e, em seguida, guerrilheiros, portanto, elimináveis” (Perez, op.cit).

¹³⁸ Para exemplificar, dois anos depois, em 1999, os paramilitares foram considerados responsáveis por 78% do total de violações aos direitos humanos e às leis internacionais humanitárias. As guerrilhas, por 20% e as forças do Estado, por 2%. (Fonte: <http://hrw.org/wr2k/americas-03.htm> - **Human Rights Watch**, acessado em junho de 2004).

¹³⁹ Já em 1995, em termos comparativos, registraram-se as seguintes taxas de homicídios por cada 100.000 habitantes: Estados Unidos, 8,0; Brasil, 24,6; e Colômbia, 72,0 (Sanchez G, 2001).

¹⁴⁰ Ver sobre o tema em: Perea Restrepo, C.M. (2004), *Pandillas y Conflicto Urbano en Colombia*. Desacatos, num. 14, primavera-verano 2004, p. 15-35.

¹⁴¹ Relatório da *Fundación País Libre*, de dezembro de 2001, dá conta de que os departamentos mais atingidos pela “indústria do seqüestro” são Antioquia, César, Cundinamarca e Valle del Cauca. Citado em: *Colombia's Elusive Quest for Peace*. Latin America Report No.1: page 18. Op. Cit.

A este respeito, Suárez relaciona 6 dos 24 departamentos ou províncias da Colômbia como sendo aqueles nos quais, estatisticamente, observa-se mais a sua incidência. São eles: Antioquia, Valle, César, Cundinamarca, Santander e Santander Norte. Entre as cidades, Medellín, Bogotá e Cali. Em: Suárez, A. R.(2000), *Parasites and Predators: Guerrillas and the Insurrection Economy in Colombia*. Journal of International Affairs, 53:2, Spring 2000.

¹⁴²Fonte: *Colombia's Elusive Quest for Peace*. Latin America Report No.1. Op.cit.

outro grupo armado, sem que nenhum grupo conseguisse efetivamente assegurar-lhe proteção. A capacidade dos diferentes atores de investir contra território inimigo, associada a um controle territorial instável por parte do Estado, gerou uma total incerteza entre a população civil e foi o desdobramento de uma realidade obscura na qual as identidades difusas das guerrilhas, dos paramilitares e dos narcotraficantes de certo modo se articulavam em oposição ao Estado. O território colombiano converteu-se em palco de graves violações aos Direitos Humanos, de convivência com o tráfico de armas e drogas, da prática desenfreada de lavagem de dinheiro, da incidência de atos terroristas e da proliferação de atos criminosos em geral¹⁴³. Trata-se de um problema complexo, no qual os grupos armados, quando lançavam mão do terror como meio de conquistar a lealdade da população civil, não se encaminhavam para um confronto direto, mas optavam por atacar a suposta base social do inimigo¹⁴⁴ (Isacson, 2000; Rabasa & Chalk, 2001; Romero, 2003; Simons, 2004).

¹⁴³ Estudos imediatamente anteriores ao início do governo do pres. Pastrana apontavam para o fato de que, para muitos jovens do campo, ser um guerrilheiro se mostrava “a mais atrativa dentre as suas opções de carreira – a saber, agricultor pobre, soldado ou policial”. Em: Spencer, D. (1997), *A Lesson for Colombia*. Jane’s Intelligence Review, Oct 1, p.474.

¹⁴⁴ Sobre a relação entre a forma de representação do outro e o uso da violência contra ele, ver: Messari, N. (2000), *Kosovo e o Ocidente: Exercícios na Construção da Identidade Ocidental*. Contexto Internacional, 22: 1. Janeiro/ Junho 2000, pp. 193-225.